

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E
ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM –
FIDI – SES/GO.**

Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações contábeis em 31 de
dezembro de 2014.

**FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO
DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM – FIDI
REGISTRADO SOB O CNPJ N° 55.401.178/0011-08 (CONTRATO DE
GESTÃO N° 170/2011 – SES/GO)**

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014

CONTEÚDO

- Relatório dos auditores independentes
- Balanços patrimoniais
- Demonstrações de resultados
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
- Demonstrações dos fluxos de caixa
- Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ilmos. Srs. Diretores e Conselheiros
Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem - FIDI, registrado sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 – SES/GO) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit do exercício, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002 aplicável a entidades sem finalidade de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração,

bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico Por Imagem – FIDI, registrado sob o CNPJ nº 55.401.178/0011-08 (Contrato de Gestão nº 170/2011 – SES/GO), em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e a Interpretação Técnica - ITG 2002 aplicável a entidades sem finalidade de lucros.

Outros assuntos

1. Reapresentação das demonstrações contábeis comparativas

Conforme descrito na nota explicativa nº 07 no decorrer do exercício de 2014 foram identificados ajustes decorrentes da classificação de ativos não reconhecidos tempestivamente como subvenção governamental, os quais em nossa opinião foram apropriados e correntemente efetuados. Consequentemente as demonstrações contábeis da Fundação relativas ao exercício de 2013 demonstradas para efeito comparativo, estão sendo reapresentadas para refletir o efeito dos referidos ajustes.

2. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi conduzido sob responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram um relatório sem ressalvas em 19 de fevereiro de 2014.

9 de março de 2015.

PP&C Auditores Independentes
CRC2SP16.839/O-0


Paulo José de Carvalho
CRC1SP145.095/O-8
Contador



A member of Nexia International, a worldwide network
of independent accounting and consulting firms



FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM - FIDI

SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO ESTADO DE GOIÁS

CNPJ: 55.401.178/0011-08

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013, E 1º DE JANEIRO DE 2013

(Valores expressos em reais)

	<u>Nota explicativa</u>	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2013 (Reapresentado)
ATIVO				
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.249.851	1.050.371	1.543.861
Contas a receber SES-GO	9	2.023.526	5.647.730	7.438.582
Estoques	10	72.302	236.420	268.033
Despesas antecipadas e outros créditos		127.145	81.098	90.097
Adiantamentos		61.480	24.535	28.753
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		3.534.304	7.040.154	9.369.326
NÃO CIRCULANTE				
Ativo fixo da SES-GO	11	4.086.324	5.923.960	6.398.247
Ativo fixo da OSS-Fidi	12	1.386.270	147.853	159.563
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.472.594	6.071.813	6.557.810
TOTAL DO ATIVO		9.006.898	13.111.967	15.927.136

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br

	Nota explicativa	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013 (Reapresentado)	1º de janeiro de 2013 (Reapresentado)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores e outras contas a pagar	13	2.760.653	3.043.035	5.896.626
Obrigações fiscais a recolher		83.258	47.628	35.206
Salários, encargos e contribuições	14	457.590	410.474	311.634
Provisões de férias e encargos		550.100	477.648	277.776
Adiantamentos para subvenção		-	-	4.868
Receita diferida	11	1.837.793	1.837.127	1.566.707
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		5.689.394	5.815.912	8.092.817
NÃO CIRCULANTE				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Receita diferida	11	2.248.531	4.086.833	4.831.540
Contas corrente com a OSS-Fidi	15	7.399.572	1.359.491	2.019.062
Provisões	16	1.196.134	651.138	237.010
TOTAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		10.844.237	6.097.462	7.087.612
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Patrimônio social	17	1.198.593	746.707	(66.605)
Superávit (déficit) do exercício	21	(8.725.326)	451.886	737.505
Superávit (déficit) acumulado		-	-	75.807
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(7.526.733)	1.198.593	746.707
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.006.898	13.111.967	15.927.136



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em reais)

	<u>Nota explicativa</u>	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013 (Reapresentada)
RECEITA LÍQUIDA		24.282.312	21.365.329
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Salários e encargos		(11.812.395)	(9.238.792)
Serviços de terceiros		(12.858.311)	(8.479.443)
Materiais	10	(2.585.420)	(2.778.725)
Gerais (água, luz, telefone, aluguel e outras)		(5.802.349)	(191.327)
Depreciações e amortizações	11 e 12	(191.706)	(35.064)
Outras despesas (receitas) operacionais		140.153	(246.928)
		(33.110.028)	(20.970.279)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ANTES DAS DESPESAS (RECEITAS FINANCEIRAS)		(8.827.716)	395.050
Despesas financeiras		(40.662)	(7.694)
Receitas financeiras		143.052	64.530
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	21	(8.725.326)	451.886

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Superávit (déficit) acumulado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	(66.605)	75.807	-	9.202
Ajuste inicial da mudança de prática contábil			737.505	737.505
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2013	(66.605)	75.807	737.505	746.707
Destinação do superávit anterior	813.312	(75.807)	(737.505)	-
Superávit do exercício		451.886		451.886
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	746.707	451.886	-	1.198.593
Destinação do superávit anterior	451.886	(451.886)		-
Déficit do exercício		(8.725.326)		(8.725.326)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.198.593	(8.725.326)	-	(7.526.733)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Valores expressos em reais)

	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013 (Reapresentada)
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(8.725.326)	451.886
Itens que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	2.029.342	1.783.999
Recuperação de depreciações e amortizações de ativos de subvenção	(1.837.636)	(1.748.935)
Custo na baixa de ativos tangíveis e intangíveis	-	2.341
Constituição de provisão para contingências	544.996	414.128
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e títulos baixados	3.624.191	(1.621.926)
	(4.364.433)	(718.507)
Aumento (redução) no ativo		
Contas a receber	13	3.412.778
Estoques	164.118	31.613
Despesas antecipadas e outros créditos	(46.047)	8.999
Adiantamentos	(36.945)	4.218
	81.139	3.457.608
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores e outras contas a pagar	(282.382)	(2.853.591)
Obrigações fiscais a recolher	35.630	12.422
Salários, encargos e contribuições	47.116	98.840
Provisões de férias e encargos	72.452	199.872
Receita diferida	-	1.274.648
Adiantamentos para subvenção	-	(4.868)
Contas corrente com a OSS-Fidi	6.042.699	(638.771)
	5.915.515	(1.911.448)
CAIXA GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.632.221	827.653
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(1.432.741)	(1.321.143)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.432.741)	(1.321.143)
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	199.480	(493.490)
Saldo inicial do caixa e equivalentes	1.050.371	1.543.861
Saldo final do caixa e equivalentes	1.249.851	1.050.371
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	199.480	(493.490)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM

31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 E 1º DE JANEIRO DE 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL E DESEMPENHO NO ANO

A Fundação Instituto de Pesquisa e Estudo de Diagnóstico por Imagem (Fidi) ("OSS-Fidi") é uma fundação privada sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, registrada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo na rua dos Ingleses, 569 e cuja atividade preponderante ocorre na área de saúde, conforme o artigo 3º do Estatuto Social. A Entidade é detentora dos seguintes títulos: Utilidade Pública Federal (UPF), Utilidade Pública Estadual (UPE), Utilidade Pública Municipal (UPM), Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); e qualificada como Organização Social de Saúde do Município e do Estado de São Paulo, do Município de São Caetano do Sul e do Estado de Goiás.

A OSS-Fidi firmou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), em 20 de janeiro de 2012 para implantação e operacionalização da gestão dos serviços de apoio diagnóstico na área de imagem ("Entidade") a serem prestados naquele Estado.

A Entidade executa a emissão remota de laudos de exames por imagem, através de meio informatizado, com contato verbal, em tempo real, entre o técnico captador da imagem e o profissional médico especializado sediado na central, com disponibilização, se necessário, dos equipamentos e pessoal para a realização de exames por imagem definidos pela unidade hospitalar.

A seguir, um quadro com as metas previstas totais de exames em comparação com os montantes realizados:

Descrição	Em 31 de dezembro de 2014	
	Previsto	Realizado
Total de exames	306.000	297.589

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras referem-se individualmente à Entidade, tiveram autorização de emissão por órgão da administração em 02 de março de 2015 e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Curador da OSS-Fidi em 23 e 28 de abril de 2015, respectivamente.

Para elaborar tais demonstrações financeiras, primordialmente, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/07, que alterou artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e à divulgação de informações contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em observância aos Princípios de Contabilidade (PCs) e estão em conformidade com todos eles. Tais Princípios de Contabilidade (PCs) são instituídos no Brasil pela Resolução CFC nº 1.282/10. Além das mencionadas regulamentações, foram levadas em conta as características qualitativas da informação contábil, dispostas na Resolução CFC nº 1.374/11, a qual aprova a NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; a Resolução nº 1.376/11, que trata da NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; demais Pronunciamentos, Orientações e Interpretações aplicáveis à Entidade e emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC); e as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, notadamente a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 – ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

4. DOCUMENTAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 – ITG 2000)

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES E ESPECÍFICAS ADOTADAS

Bases da preparação das demonstrações financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras foi feita sob o pressuposto da continuidade das atividades sociais da Entidade. A mensuração das transações foi feita sob o regime de competência e à luz do custo histórico como base de valor, custo amortizável e valor justo quando aplicáveis. Não havia, na Entidade, ativos mensurados pelo método da reavaliação até a data em que este instrumento foi legalmente proibido no Brasil.

Todas as contas estão apresentadas ao valor presente das respectivas datas de encerramento das demonstrações financeiras e refletem as mudanças da moeda ao longo dos períodos.

Todos os ativos estão apresentados mensurados ao seu valor de realização e, quando cabível, foram reduzidos a esse valor de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para tratar o assunto.

Para mensurar os passivos, a Entidade fez uso das melhores estimativas que levam em consideração as perspectivas de saídas de fluxos de caixa para liquidação das obrigações.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em expectativas de eventos futuros para os quais a Entidade elabora suas estimativas.

O uso de estimativas para mensurar as transações leva em consideração aspectos objetivos, mas, também, faz uso da elaboração de cenários futuros por parte da administração. Tais cenários constituem fontes de incerteza quanto aos valores de entradas e de saídas de recursos que só serão efetivamente conhecidos nas respectivas datas de realização financeira. Entretanto, a administração não espera grandes distorções quando do desfecho das transações.

Conjunto completo de demonstrações financeiras

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade apresenta o conjunto completo de demonstrações financeiras, a saber: i) balanço patrimonial; ii) demonstração do resultado do período; iii) demonstração das mutações do patrimônio social; iv) demonstração dos fluxos de caixa. A Entidade, em cumprimento à Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a ITG 2002 – Entidade Sem Finalidade de Lucros, adequou algumas

nomenclaturas adotadas na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis para refletir o contexto das entidades sem finalidade de lucros. Na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, a Entidade aplicou a Resolução CFC nº 1.296/10, que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. De acordo com a Resolução CFC nº 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a Entidade está desobrigada de elaborar tal demonstração. Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, as empresas devem elaborar, quando aplicável a elas, a demonstração de outros resultados abrangentes. Não foi apresentada tal demonstração pela Entidade, uma vez que não ocorreram transações consideradas como sendo classificadas como outros resultados abrangentes nos períodos compreendidos pelas demonstrações financeiras da Entidade. Para a elaboração das notas explicativas, a Entidade observou todas as normas mencionadas acima, bem como demais normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Análise das despesas

Conforme faculta a Resolução CFC nº 1.376/11, a qual aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Entidade optou por apresentar a análise de suas despesas pelo método da natureza dos dispêndios e os dividiu em três categorias funcionais dentro da organização, a saber: custos e despesas operacionais; despesas financeiras; e receitas financeiras.

Gestão de riscos

A Entidade está sujeita aos seguintes riscos:

- a) Risco de crédito:** A Entidade mantém suas aplicações financeiras em instituições financeiras de credibilidade reconhecida no país, com o intuito de minimizar riscos de crédito. Para o risco de inadimplência com clientes, a Entidade efetua provisões para ajustar os valores dos seus ativos financeiros ao seu valor de recuperação.
- b) Risco de liquidez:** Corresponde ao risco de a Entidade não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos, quer seja em decorrência de descasamentos de prazos, quer seja porque o volume de recebimentos esteja inferior ao de pagamentos previstos. Para administrar esse risco, a Entidade estabelece premissas de desembolsos e de recebimentos previstos e monitora diariamente as transações.
- c) Risco político:** Uma vez que a Entidade trabalha integralmente para o setor público, está, portanto, sujeita a riscos de mudanças das políticas públicas.

Gestão do patrimônio social

Os objetivos da Entidade ao administrar seu patrimônio social são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para cumprir os objetivos sociais da organização. Para tanto, procura manter uma estrutura de recursos que seja suficiente para cumprir com as obrigações de curto prazo, fazendo uso de técnicas de gestão financeira e orçamentária.

Resumo das principais políticas contábeis específicas e relevantes da Entidade

As principais e específicas políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas e as demais políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. Não são citadas as políticas que não sejam específicas da Entidade, sendo todas elas (específicas ou não) aplicadas pela Entidade em conformidade com toda as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- a) Perda do valor de recuperação de ativos financeiros:** A Entidade avalia, ao final de cada período de relatório, se há evidência objetiva de que os seus ativos financeiros estão deteriorados. A política contábil específica da Entidade é provisionar 100% das contas a receber quando tais ativos alcançam a maturidade de um ano.
- b) Ativo fixo da SES-GO:** Representam os ativos obtidos por meio de subvenção para investimento e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES-GO e aditivo 01/2012-SES-GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO). Tais

bens foram reembolsados pela Secretaria, conforme previsto em contrato na cláusula que versa sobre a verba de subvenção governamental para investimento. Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição, uma vez que muito bem representavam o valor justo dos ativos na data inicial. A política específica da Entidade diz respeito à depreciação e à amortização, as quais são calculadas pelo método linear levando em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. As despesas correspondentes à depreciação e à amortização são compensadas pelo reconhecimento da receita diferida, constante no passivo circulante da Entidade.

c) Ativo fixo da OSS-Fidi: Representam os ativos da OSS-Fidi que foram adquiridos com recursos alheios à verba de subvenção para investimento, mas que, igualmente aos ativos da SES-GO, são disponibilizados para uso no contrato de gestão, sendo a política específica da Entidade a esse respeito similar à aplicada aos ativos de subvenção no que tange às taxas de depreciação e amortização, porém, a despesa correspondente a cada período afeta o resultado da Entidade.

d) Redução ao valor recuperável de ativos: Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização são testados para a verificação de seu valor recuperável sempre que exista evidência de perdas verificada por fatores externos ou internos à Entidade. Uma perda por redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida ao resultado sempre que o valor contábil do bem exceder o valor de recuperação, seja por uso, seja por alienação.

e) Passivos financeiros – fornecedores e outras contas a pagar: São, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Normalmente, são registrados pelo valor da fatura correspondente.

h) Receita diferida: Registra a contrapartida dos valores recebidos da verba destinada a ativos não monetários a serem mantidos por meio de subvenções governamentais, conforme Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais. A receita diferida, segundo a mencionada norma contábil, deve ser mensurada a curto e a longo prazos pelo período de depreciação e amortização dos ativos adquiridos por meio da subvenção governamental e deve ser reconhecida a crédito no resultado à medida que esses ativos forem sendo depreciados, de modo a eliminar o efeito da despesa correspondente.

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras, a Entidade aguardava a assinatura de um termo aditivo que almeja aumentar o escopo do contrato de gestão com a Secretaria de Estado de Goiás (SES-GO). Tal evento subsequente não altera os saldos de 31 de dezembro de 2014 das demonstrações financeiras.

7. MUDANÇA DE PRÁTICA CONTÁBIL

Desde o ano de 2012 a Entidade detém os riscos e os benefícios de ativos imobilizados e intangíveis — e passivos a eles associados — alocados ao contrato de gestão nº 170/2011 e aditivo 01/2012, da Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO). Durante o exercício de 2012, a Entidade arcou com os custos de aquisição de tais ativos e fez isso com a expectativa de ser reembolsada por verba contratual de subvenção para investimento. Entretanto, até o fim do exercício de 2012, tal reembolso não havia ocorrido e, além disso, havia o risco de distrato contratual entre as partes. Por causa da insegurança política que havia, a Entidade não adotara até então a Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, aos ativos daquele contrato. No entanto, durante o exercício de 2013, a situação reverteu-se favoravelmente à continuidade do contrato e os bens foram reembolsados por verba de investimento, cuja contrapartida foi registrada no passivo circulante, sob rubrica receita diferida, sendo que a sua realização ao resultado dar-se-ia a partir da cessão do uso dos bens, quando a Entidade empreenderia a mudança de política contábil para os procedimentos da referida Resolução CFC nº 1.305/10, que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais.

Durante o ano de 2014, a Entidade envidou seus melhores esforços para a obtenção do termo de cessão de uso dos bens. Até a data destas demonstrações financeiras, a Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) finalizava a emissão do termo. Não havendo mais, portanto, a possibilidade de reversão da situação para um cenário desfavorável para as partes, a Entidade efetuou a mudança de prática contábil, alterando a contabilização dos ativos para os critérios de subvenção governamental.

A aplicação da nova política contábil é feita de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.179/09, que aprovou a NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Ao empreender essas mudanças, a Entidade aplicou o que dita a Resolução CFC nº 1.185/09, que aprovou a NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, item 39, ou seja, apresenta aqui três balanços patrimoniais e duas de cada uma das demais demonstrações financeiras, bem como respectivas notas explicativas. As mudanças do balanço patrimonial refletiram-se nas demais demonstrações financeiras, que recebem a indicação de “reclassificado(a)” em seus próprios cabeçalhos.

A seguir, um quadro de reconciliação dos saldos dos balanços patrimoniais anteriormente apresentados, bem como o patrimônio líquido e o superávit de 31 dezembro de 2013 e 1º de janeiro de 2013 para os novos valores de acordo com a mudança de prática contábil.

ATIVO	2013		2013 (Saldo após as reclassificações)
	(Saldo antes das reclassificações)	Reclassificações	
Ativo circulante	7.040.154	-	7.040.154
	7.040.154	-	7.040.154
Ativo fixo da SES-GO	-	5.923.960	5.923.960
Ativo fixo da OSS-Fidi	6.071.813	(5.923.960)	147.853
	6.071.813	-	6.071.813
Total	13.111.967	-	13.111.967
PASSIVO	2013		2013 (Saldo após as reclassificações)
	(Saldo antes das reclassificações)	Reclassificações	
Receita diferida no passivo circulante	8.409.973	(6.572.846)	1.837.127
Demais passivos circulantes	3.978.785	-	3.978.785
	12.388.758	(6.572.846)	5.815.912
Receita diferida no exigível a longo prazo	-	4.086.834	4.086.834
Demais passivos exigíveis a longo prazo	2.010.628	4.086.834	2.010.628
	2.010.628	4.086.834	6.097.462
Patrimônio líquido	(1.287.419)	2.486.012	1.198.593
Total	13.111.967	-	13.111.967
ATIVO	2012		2012 (Saldo após as reclassificações)
	(Saldo antes das reclassificações)	Reclassificações	
Ativo circulante	9.369.326	-	9.369.326
	9.369.326	-	9.369.326
Ativo fixo da SES-GO	-	6.398.247	6.398.247
Ativo fixo da OSS-Fidi	6.557.810	(6.398.247)	159.563
	6.557.810	-	6.557.810
Total	15.927.136	-	15.927.136



PASSIVO	2012 (Saldo antes das reclassificações)	2012	
		Reclassificações	(Saldo após as reclassificações)
Recursos em investimentos SES-GO	-	4.868	4.868
Receita diferida no passivo circulante	7.140.620	(5.573.913)	1.566.707
Demais passivos circulantes	6.521.242	-	6.521.242
	13.661.862	(5.569.045)	8.092.817
Receita diferida no exigível a longo prazo	-	4.831.540	4.831.540
Demais passivos exigíveis a longo prazo	2.256.072	-	2.256.072
	2.256.072	4.831.540	7.087.612
Patrimônio líquido	9.202	737.505	746.707
Total	15.927.136	-	15.927.136

Superávit (déficit) do exercício	2013
Saldo anteriormente apresentado	(1.296.621)
(+) Recuperação da depreciação e outras despesas de ativos despesas da subvenção pela baixa da receita diferida anteriormente mantida no passivo	1.748.507
Saldo ora apresentado	451.886

Patrimônio líquido	2013	2012
Saldos anteriormente apresentados	(1.287.419)	9.202
(+) Recuperação da depreciação e outras despesas de ativos despesas da subvenção pela baixa da receita diferida anteriormente mantida no passivo	2.486.012	737.505
Saldos ora apresentados	1.198.593	746.707

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	1º de janeiro de 2013
Bancos	20	10	10
Aplicações financeiras	1.249.831	1.050.361	1.543.851
	1.249.851	1.050.371	1.543.861

9. CONTAS A RECEBER SES-GO

Descrição	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	1º de janeiro de 2013
Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) - custeio	2.472.937	7.022.443	5.312.727
Secretaria do Estado da Saúde de Goiás (SES-GO) - investimento (a)	-	-	6.140.620
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(449.411)	(1.374.713)	(4.014.765)
	2.023.526	5.647.730	7.438.582

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

(a) Na data das demonstrações financeiras, a Entidade detinha os riscos e os benefícios de ativos imobilizados e intangíveis — e passivos a eles associados — alocados ao contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO. Durante o exercício de 2013, os bens foram reembolsados por verba de investimento, cuja contrapartida está registrada no passivo circulante, sob rubrica receita diferida.

(b) A administração da Entidade julgou necessário constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 449.411 (em 31 de dezembro de 2013: R\$ 1.374.713 e em 1º de janeiro de 2013: R\$ 4.014.765) para cobrir perdas de valores a receber de custeio.

A maturidade das contas a receber é dada:

Descrição	Valores a receber	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013		1º de janeiro de 2013	
		PCLD	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Saldos a vencer	2.023.526	-	2.023.526	2.023.526	1.297.952		
Saldos vencidos até 30 dias	-	-	-	6	-		
Saldos vencidos de 31 a 60 dias	-	-	-	449.418	-		
Saldos vencidos de 61 a 90 dias	-	-	-	440.995	-		
Saldos vencidos de 91 a 180 dias	-	-	-	1.550.485	10		
Saldos vencidos de 181 a 360 dias	-	-	-	1.183.300	-		
Vencidos acima de 360 dias	449.411	(449.411)	2.023.526	5.647.730	6.140.620		
	2.472.937	(449.411)	2.023.526	5.647.730	6.140.620		
						7.438.582	

Por fim, a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), em 2014, é:

Em 1º de janeiro de 2013	(4.014.765)
Constituições no período	(1.387.076)
Baixas no período	4.027.128
Em 31 de dezembro de 2013	(1.374.713)
Constituições no período	(3.624.191)
Baixas no período	4.549.493
Em 31 de dezembro de 2014	(449.411)

10. ESTOQUES

Descrição	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	1º de janeiro de 2013
Materiais médico-hospitalares	57.755	211.547	240.984
Material administrativo	5.343	5.121	6.482
Material de escritório	9.204	19.752	20.567
	72.302	236.420	268.033

Os valores escriturados como custo de materiais médico-hospitalares, administrativos e de escritório, nas demonstrações do resultado dos exercícios, são:

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br

Descrição	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Materiais médico-hospitalares	(1.712.849)	(1.350.457)
Material administrativo	(420.896)	(311.995)
	(2.133.745)	(1.662.452)
Despesa de estoque de material de escritório e outros	(451.675)	(1.116.273)

O movimento dos estoques entre os exercícios foi o seguinte:

Descrição	Em 1º de janeiro de 2013	Aquisições	Valor consumido	31 de dezembro de 2013
Materiais médico-hospitalares	240.984	1.321.020	(1.350.457)	211.547
Material administrativo	6.482	310.634	(311.995)	5.121
Material de escritório	20.567	1.115.458	(1.116.273)	19.752
	268.033	2.747.112	(2.778.725)	236.420

Descrição	31 de dezembro de 2013	Aquisições	Valor consumido	31 de dezembro de 2014
Materiais médico-hospitalares	211.547	1.559.057	(1.712.849)	57.755
Material administrativo	5.121	421.118	(420.896)	5.343
Material de escritório	19.752	441.127	(451.675)	9.204
	236.420	2.421.302	(2.585.420)	72.302

11. ATIVO FIXO DA SES-GO E RECEITA DIFERIDA

Representam os ativos obtidos por meio de subvenção para investimento e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES-GO e aditivo 01/2012-SES-GO, com a Secretaria de Saúde do Estado de Goiás (SES-GO).

Os bens foram registrados pelo custo histórico de aquisição, uma vez que muito bem representavam o valor justo dos ativos na data inicial.

As correspondentes depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear levando em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato. A despesa correspondente à depreciação e à amortização é compensada pelo reconhecimento da receita diferida, constante no passivo circulante da Entidade (vide também a nota 7).

A composição dos ativos é dada:

Classe de ativos da SES-GO	31 de dezembro de 2014		31 de dezembro de 2013	1º de janeiro de 2013
	Custo histórico	Depreciação e amortização acumuladas		
Benefícios em imóveis de terceiros	482.759	(268.056)	214.703	317.757
Equipamentos de informática	1.417.625	(777.390)	640.235	945.495
Direito de uso de softwares	3.223.940	(1.616.130)	1.607.810	2.313.811
Equipamentos de digitalização	2.823.096	(1.435.072)	1.388.024	1.998.272
Equipamentos médicos	263.760	(119.351)	144.409	213.741
Móveis e utensílios	199.220	(108.077)	91.143	134.884
Total do ativo fixo da SES-GO	8.410.400	(4.324.076)	4.086.324	5.923.960
				6.398.247

A movimentação dos ativos em 31 de dezembro de 2014 é conforme segue:

Em 31 de dezembro de 2012

Reclassificação para a mudança de prática contábil

Em 1º de janeiro de 2013

Aquisições

Depreciações e amortizações

Em 31 de dezembro de 2013

Depreciações e amortizações

Em 31 de dezembro de 2014

A conciliação do saldo inicial com o final da receita diferida é:

Em 31 de dezembro de 2012

(-) Reconhecimento ao resultado pela mudança da prática contábil

(-) Reclassificação para a conta adiantamentos para subvenção

Em 1º de janeiro de 2013

(+) Constituição

(-) Reconhecimento ao resultado

Em 31 de dezembro de 2013

(-) Reconhecimento ao resultado

Em 31 de dezembro de 2014

Os efeitos da subvenção no resultado estão abaixo demonstrados:

Efeito líquido no resultado	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013
Depreciação dos ativos da SES-GO	(1.837.636)	(1.748.935)
Receita diferida da SES-GO reconhecida ao resultado	1.837.636	1.748.935
Efeito líquido no resultado	-	-

12. ATIVO FIXO DA OSS-Fidi

O imobilizado e o intangível da OSS-Fidi foram registrados pelo custo histórico de aquisição e representam os bens obtidos pela OSS-Fidi e disponibilizados para uso no contrato de gestão nº 170/2011-SES/GO e aditivo 01/2012-SES/GO.

A depreciação e a amortização são calculadas pelo método linear, que leva em consideração as taxas determinadas de acordo com o prazo do referido contrato.

Classe de ativos	Custo histórico	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	1º de janeiro de 2013
			Líquido	Líquido	Líquido
Beneficiárias em imóveis de terceiros	45.000	(25.542)	19.458	28.459	37.459
Equipamentos de processamento de dados	112.427	(67.806)	44.621	65.884	93.320
Móveis e utensílios	89.014	(21.201)	67.813	31.973	20.744
Equipamentos médicos	1.658	(567)	1.091	1.615	696
Equipamentos para digitalização	757.997	(126.333)	631.664	-	-
Imobilizações em andamento	563.645	-	563.645	-	-
Total do imobilizado	1.569.741	(241.449)	1.328.292	127.931	152.219
 Direito de uso de softwares	 79.261	 (21.283)	 57.978	 19.922	 7.344
Total do intangível	79.261	(21.283)	57.978	19.922	7.344

A movimentação dos ativos em 2014 é conforme disposta abaixo:

Em 31 de dezembro de 2012	6.557.810
(-) Reclassificações para a mudança da prática contabil	(6.398.247)
Em 1º de janeiro de 2013	159.563
(+) Aquisição	46.495
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	(20.800)
(-) Depreciação	(35.064)
(-) Baixa	(2.341)
Em 31 de dezembro de 2013	147.853
(+) Aquisição	1.432.741
(+/-) Transferências de ativos de/para a OSS-Fidi	(2.618)
(-) Depreciação	(191.706)
(-) Baixa	-
Em 31 de dezembro de 2014	1.386.270

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	1º de janeiro de 2013
Serviços médicos e técnicos a pagar	1.118.144	1.124.596	968.132
Fornecedores de insumos, equipamentos e serviços	1.642.509	1.918.439	4.928.494
	2.760.653	3.043.035	5.896.626

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

14. SALÁRIOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2013	1º de janeiro de 2013
Encargos sociais a recolher	97.768	74.235	50.159
Salários a pagar	348.749	330.422	261.475
Descontos na folha de pagamento	11.073	5.817	-
	457.590	410.474	311.634

15. CONTAS CORRENTE COM A OSS-Fidi

Correspondem ao valor dos recursos da OSS-Fidi alocados ao contrato de gestão, líquidos das saídas de recursos para cobrir tais custos, conforme demonstrado abaixo:

Em 1º de janeiro de 2013	(2.019.062)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-Fidi e mútuos de custos rateados	1.137.267
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	(477.696)
Em 31 de dezembro 2013	(1.359.491)
Transações envolvendo ativos fixos da OSS-Fidi e mútuos de custos rateados	2.618
Valores movimentados para cobrir custos do projeto	(6.042.699)
Em 31 de dezembro 2014	(7.399.572)

16. PROVISÕES

A OSS-Fidi é parte envolvida em processos judiciais que envolvem responsabilidades contingentes. Tais processos, cujo risco de perda foi classificado pelos assessores jurídicos da OSS-Fidi, encontram-se em fase de defesa administrativa ou trâmite na esfera judicial.

Em 2007 foi impetrado o Mandado de Segurança nº 2007.61.00.007879-3, para o qual a União (Receita Federal do Brasil (RFB)) interpôs recurso de apelação. Como a ação encontrava-se em fase de julgamento, e sem data prevista, em 2009, a OSS-Fidi constituiu uma provisão que se refere à notificação fiscal de lançamento de débito nº 37.063.204-4 emitida em 18 de maio de 2007 pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).

A administração da OSS-Fidi, com base na opinião de seus assessores jurídicos, julgou necessário manter a provisão. O balanço da Entidade registra, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 1.196.134 (em 31 de dezembro de 2013: R\$ 651.138 e em 1º de janeiro de 2013: R\$ 237.010), correspondente ao processo, cuja movimentação é dada abaixo:

Em 1º de janeiro de 2013	237.010
Constituição	414.128
Em 31 de dezembro de 2013	651.138
Constituição	544.996
Em 31 de dezembro de 2014	1.196.134

Não há, na Entidade, processos considerados como sendo de perda possível ou ganho provável.

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é apresentado em valores históricos e compreende os superávits e déficits ocorridos nos períodos.

18. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: CARACTERÍSTICA, REQUISITOS E MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO DO CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

CONTEXTO

A Entidade e a OSS-Fidi são imunes à incidência de tributos sobre resultados, patrimônio, renda e serviços, haja vista o art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195º, parágrafo 7º, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Também possuem decisão judicial transitada em julgado, oriunda do mandado de segurança nº 0028729-45.2003.4.03.6100, que reconheceu imunidade em relação à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Finalmente, de acordo com Agravo Regimental em Recurso Ordinário em Mandado de Segurança – Entidade de Assistência Social, Imunidade, julgado em 10 de maio de 2011, conclui-se que a Entidade e a OSS-Fidi são imunes à contribuição ao INSS (cota patronal).

CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A Entidade e a OSS-Fidi são sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN) e, por isso, há a imune e o usufruto das seguintes características: i) a instituição da imunidade é regida pela Constituição Federal; ii) a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; iii) não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); iv) não há o direito (Governo) de instituir nem cobrar tributo.

REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O artigo 14º do Código Tributário Nacional (CTN) estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária e esses estão previstos no Estatuto Social da OSS-Fidi, sendo que o seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (demonstrações financeiras, diário e razão). É aqui declarado que a OSS-Fidi: i) não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; ii) aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; iii) mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

CARACTERÍSTICA DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS) E MUDANÇA NA SUA LEGISLAÇÃO

A OSS-Fidi é uma instituição sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12º da Lei nº 9.532/97 e no artigo 1º da Lei nº 12.101/09. Por isso é reconhecida como entidade beneficiante de assistência social, no qual usufrui das seguintes características relacionadas à isenção fiscal: i) isenção é regida por legislação infraconstitucional; ii) a isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não forem cumpridas as situações condicionadas em Lei (contrapartida); iii) existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas não existe a obrigação de pagar o tributo; iv) há o direito, por parte do Governo, de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

A Lei 12.868, de 15 de outubro de 2013, alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09, que passou, então, a permitir a remuneração de dirigentes estatutários e diretores não estatutários, sob certos limites de valor emanados na própria alteração legal. Com base nessa mudança, a OSS-Fidi decidiu passar a remunerar sua diretoria estatutária. Para tanto, alterou seu estatuto em reunião de seu Conselho Curador ocorrida em 11 de março de 2014.

REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA TITULAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A OSS-Fidi cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Remunera seus diretores estatutários dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei 12.868/13, de 15 de outubro de 2013, que alterou o artigo 29 da Lei 12.101/09.
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto.
- Atende ao princípio da universalidade do atendimento, no qual são direcionadas suas atividades exclusivamente para o público atendido.
- Tem previsão, nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, de destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas.

OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Mantém sua escrituração contábil regular que registra as receitas e as despesas, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
- Conserva, em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial.
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.
- Elabora as demonstrações financeiras devidamente auditadas por auditor independentemente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC).

19. SEGUROS CONTRATADOS

A OSS-Fidi mantém cobertura de seguros para eventuais riscos sobre seus ativos, em montante suficiente, sendo que tais seguros cobrem os ativos da Entidade.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas por prazos e taxas que refletem as condições usuais de mercado.

Os valores de mercado dos instrumentos ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras.

A Entidade declara não possuir instrumentos financeiros derivativos por decisão interna da administração da OSS-Fidi.

21. DÉFICIT DO EXERCÍCIO

O déficit do exercício de 2014 será incorporado ao patrimônio social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a Resolução CFC nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros.



22. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Conforme determinado pela Interpretação Técnica - ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Entidade não identificou trabalhos voluntários por ela recebidos durante o exercício de 2014.

São Paulo, 28 de abril de 2015.

Prof. Dr. Sergio Aron Azjen
Diretor Administrativo Financeiro

Márcio Jorge Maudonnet
Superintendente de Finanças

Arlindo Gonçalves Marrão Junior
Contador – CRC nº 1SP174885/O-1 (com comunicação
de exercício profissional na jurisdição de Goiás)

Rua dos Ingleses, 569 – Bela Vista
São Paulo/SP - CEP 01329-000
Telefone: 11-5088-7900

www.fidi.org.br